

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 5 a 9 de janeiro de 2015, em Brasília.

## A NOVA ETAPA DA LUTA NA BASE DO GOVERNO

**Os partidos da base aliada do governo Dilma, vencida a etapa da reforma ministerial, deflagram uma nova fase pela briga de espaço político e administrativo.** Eles começam a disputar agora o segundo escalão do governo e esta guerra, de bastidores, vai se desenvolver até a posse do novo Congresso e a eleição das novas mesas da Câmara e do Senado.

**Até a segunda quinzena de fevereiro nada será decidido.** Isso ocorrerá somente após esta data, quando estiver definida a distribuição de poder dos partidos aliados no Congresso. Esta negociação deve ser concluída durante o mês de

março e, até lá, as especulações estarão à solta. Será uma verdadeira guerra de nervos que será travada nas páginas de jornais e nas telas dos noticiários da TV por assinatura.

**O PT quer recuperar o espaço perdido no Ministério.** O PMDB quer manter os cargos de segundo escalão que tinha no primeiro mandato da presidente Dilma. Os demais aliados querem suas pastas com porteira fechada, nomeando para órgãos e instituições que estiverem sob sua alçada, conforme já se manifestaram PP e PDT. Uma montagem equilibrada da distribuição desses espaços, e que atenda o mínimo que os partidos esperam, será fundamental para a fidelidade da base aliada no Congresso.

## Poder Executivo

### Presidência da República

A presidente **Dilma Rousseff** deve retornar da base militar de Aratu (BA) somente nesta quarta (7), quando deve anunciar os novos titulares dos bancos públicos e articular a base para impedir a reinstalação da CPI da Petrobras. A ex-ministra do Planejamento, **Miriam Belchior** (PT), e o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, **Paulo Caffarelli**, são os mais cotados para a presidência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, respectivamente. Espera-se ainda que a presidente concentre suas atividades em torno da equipe econômica nesta primeira semana do novo governo.

### Casa Civil

O ministro **Aloizio Mercadante** nessa segunda (5) se reuniu com **Paulo Rocha**, presidente de Honra do PT/PA e senador eleito pelo Pará, e com os ministros **George Hilton** (Esporte) e **Nelson Barbosa** (Planejamento).

### Secretaria de Relações Institucionais (SRI)

O ministro **Pepe Vargas** concentra sua agenda de hoje (5) em despachos internos com nova equipe no gabinete em Brasília/DF.

### Ministério da Fazenda (MFaz)

Na tarde de hoje (5), foi realizada a **cerimônia de transmissão de cargo** do atual ministro **Guido Mantega** para o sucessor, **Joaquim Levy**.

### Banco Central do Brasil (BACEN)

No **Boletim Focus** divulgado hoje (5), os investidores e os analistas do mercado financeiro elevaram de 6,53% para 6,56% a estimativa de inflação para 2015, apurada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A projeção ultrapassa o teto da meta, de 6,5%. O centro da meta é 4,5%, podendo variar dois pontos percentuais. A projeção para o crescimento da economia foi reduzida de 0,55% para 0,5% e a tarifa de energia elétrica,

	possui estimativa de aumento elevada de 7,8% para 7,85%.
<b>Ministério das Cidades (MCid)</b>	Foi realizada no fim da manhã de hoje (5) a <b>cerimônia de transmissão de cargo</b> do atual ministro <b>Gilberto Occhi</b> para o sucessor, <b>Gilberto Kassab</b> . Durante a cerimônia Kassab prometeu continuar os trabalhos da pasta como o PAC 3, com investimentos em logística, energia, infraestrutura, e seguir apoiando a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida, além de trabalhar para concretizar a carteira de R\$ 143 bilhões relativos a obras de mobilidade urbana no país.
<b>Ministério das Relações Exteriores (MRE)</b>	<p>O secretário-geral das Relações Exteriores, <b>Embaixador Eduardo dos Santos</b>, realiza nessa segunda (5) reunião com <b>Enio Cordeiro</b>, Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty.</p> <p>Nesta quinta (8) e sexta (9), governantes chineses e de 30 países latino-americanos vão se reunir em Pequim (China), no <b>Primeiro Encontro Ministerial do Fórum China-Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (Celac)</b>.</p>
<b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b>	O ministro <b>Eduardo Braga</b> não marcou agendas de trabalho para esta segunda (5), comparecendo apenas às <u>solenidades de transmissão de cargo</u> do novo ministro da Fazenda, <b>Joaquim Levy</b> , e da nova ministra da Agricultura, <b>Kátia Abreu</b> .
<b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</b>	<p>Nesta quarta (7), será realizada a cerimônia de transmissão de posse do atual ministro <b>Mauro Borges</b> para o sucessor, <b>Armando Monteiro</b>.</p> <p>Apresentada hoje (5) pelo Ministério, a <b>balança comercial de 2014</b> apresentou <b>déficit de US\$ 3,930 bilhões</b>, o primeiro desde 2000. O resultado do ano passado também é o pior do comércio exterior brasileiro desde 1998, quando o déficit da balança atingiu US\$ 6,623 bilhões. O conjunto das <b>importações</b> feitas por brasileiros em 2014 somou <b>US\$ 229 bilhões</b> e as <b>exportações</b> totalizaram <b>US\$ 225,1 bilhões</b>. As importações, portanto, passaram as exportações em US\$ 3,9 bilhões, déficit. Em 2013, o Brasil havia registrado superávit (exportações superiores às importações) de US\$ 2,384 bilhões. Apesar disso, o resultado já era o pior dos últimos 13 anos. O valor das exportações brasileiras em 2014, US\$ 225,1 bilhões, é o mais baixo desde 2010, quando foi vendido ao exterior um total de US\$ 201,9 bilhões. Em 2013 o país exportou US\$ 242 bilhões. As importações em 2014, no total de US\$ 229 bilhões, também caíram e são as menores desde 2012 (US\$ 223,1 bilhões). Em 2013, as importações somaram US\$ 239,6 bilhões.</p>
<b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</b>	O ministro <b>Nelson Barbosa</b> participa nessa segunda (5), da <u>Solenidade de transmissão de cargo</u> do ministro <b>Joaquim Levy</b> . No fim do dia participa de reunião na Casa Civil.
<b>Ministério dos</b>	Foi realizada na tarde dessa segunda (5) a <b>cerimônia de transmissão de</b>

**Transportes (MTrans)**

**cargo** do atual ministro **Paulo Sérgio Passos** para o sucessor, **Antonio Carlos Rodrigues**.

## **Poder Judiciário**

**Justiça eleitoral acaba com sigilo bancário de partidos.** Depois de fechar brechas que permitiam a ocorrência de doações ocultas de recursos de campanha, sem identificação dos financiadores, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu acabar com o sigilo bancário das movimentações dos partidos a fim de ampliar a fiscalização sobre os recursos recebidos também em períodos não eleitorais. A mudança consta de resolução publicada no dia 30 de dezembro passado, cuja redação final foi feita pelo próprio presidente do TSE, ministro José Antonio Dias Toffoli (também membro do Supremo Tribunal Federal). De acordo com o texto, os partidos serão obrigados a ter três contas bancárias distintas para movimentações do Fundo Partidário, de doações de campanha e de outros recursos. A conta para doações de campanha concentrará todos os recursos usados em eleições, mesmo os recebidos em anos não eleitorais. Os bancos serão obrigados a mandar extratos dessas contas à Justiça Eleitoral a cada 30 dias, com a identificação de todos os autores de depósitos. Segundo o presidente do TSE, esse será o primeiro passo para permitir o acompanhamento online, pelos eleitores, de todas as movimentações dos partidos. A publicação desses dados na internet a cada mês, porém, depende de aprovação de lei no Congresso Nacional.

## **Política**

**LDO é sancionada com superávit primário equivalente a R\$ 55,2 bilhões.** A presidente Dilma Rousseff sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2015. Na lei, a meta do superávit primário é R\$ 55,279 bilhões ou 1% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas do país. Para o setor público consolidado, que inclui estados e municípios, a meta de superávit primário a ser perseguida é R\$ 66,325 bilhões ou 1,2% do PIB. A LDO é importante porque estabelece os parâmetros e metas que devem ser utilizados para a elaboração do Orçamento da União. O texto indica que o governo poderá usar os chamados duodécimos até que o Orçamento da União seja aprovado pelo Congresso Nacional. Isso significa que a cada mês 1/12 (um doze avos) do orçamento será utilizado para cumprir com suas obrigações. Dilma fez 32 vetos ao texto, entre eles, o artigo que ampliava o rol de prioridades do governo para 2015 para além do PAC e do Programa Brasil sem Miséria.

**Na volta do recesso, acordos do Brics serão avaliados no Senado.** Quando retomarem os trabalhos em 2 de fevereiro e elegerem a nova composição da Comissão de Relações Exteriores, os senadores terão em pauta alguns assuntos importantes para analisar. No dia 30 de dezembro o governo federal publicou no Diário Oficial da União as mensagens presidenciais que comunicam ao Congresso Nacional o acordo para criação do Novo Banco de Desenvolvimento e sobre o Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas do Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). O acordo e o tratado precisam ser analisados pela Comissão de Relações Exteriores e depois pelo plenário do Senado.

**PMDB do Senado tira apoio irrestrito a ações do Planalto.** Senadores da base aliada decidiram revisar para a próxima legislatura, a partir de fevereiro, o papel de fiel da governabilidade no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff. A insatisfação se deve à composição do novo Ministério. Prometem continuar a defender as propostas encaminhadas pelo governo rumo ao reequilíbrio das contas públicas, mas dizem que a partir de agora os projetos serão discutidos caso a caso. Também sinalizam que vão rejeitar projetos que aumentem impostos. A estratégia foi definida em uma reunião promovida pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL) na quinta-feira passada, dia da posse de Dilma, quando integrantes da bancada do PMDB – a maior da Casa, com 19 dos 81 assentos – passaram a discutir a adoção de uma postura de maior independência em relação ao governo. A avaliação é que a fidelidade exercida pelo partido no primeiro mandato não foi bem recompensada na reforma ministerial. Incomodou ainda o fato de partidos com baixa representatividade no Senado, como PSD – que elegeu três senadores – e o PROS – que não elegeu nenhum –, terem ficado com pastas relevantes na reforma. Respectivamente, Cidades e Educação.

Um proeminente peemedebista do Senado disse que o partido saiu “humilhado” da reforma, uma vez que foi repassada ao público a imagem de que o governo cedeu ao apetite fisiológico do PMDB.

**Novo ministro da CGU promete ser implacável contra a corrupção.** O novo ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Valdir Simão, prometeu que o órgão será “implacável” no combate à corrupção. Ao receber nesta sexta (2) o cargo do ex-ministro Jorge Hage, o novo chefe da CGU disse que “transparência” será a palavra de ordem do órgão responsável pela defesa do patrimônio público e pelo combate à corrupção. Simão disse que vai lutar pela regulamentação da Lei Anticorrupção (12.846/13) e espera fechar o projeto ainda em janeiro, para depois submetê-lo à presidenta Dilma. Ao comentar com jornalistas os casos de corrupção envolvendo a Petrobras, Simão defendeu a necessidade de órgãos e empresas dos setor público criarem estruturas de governança voltadas para a prevenção da prática. Ao tratar da possibilidade de restrição orçamentária, em razão das medidas de austeridade que o governo anunciou, Simão disse que pretende “fazer mais com menos” e acrescentou que em hipótese alguma haverá retrocesso no alcance da atuação da CGU em 2015.

**Barbosa assume Planejamento e vê crescimento possível com ajuste.** O novo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Nelson Barbosa, recebeu o cargo de sua antecessora, Miriam Belchior, e reforçou o discurso do governo de necessidade de ajuste fiscal para retomada do crescimento. Segundo ele, a política fiscal expansionista como forma de aparar os efeitos da crise cumpriu um papel importante, mas “atingiu seu limite”. “A política fiscal teve papel importante nesse processo, ao absorver os choques econômicos via redução temporária de nosso resultado primário. Essa política fiscal cumpriu o papel e atingiu seu limite. Agora, iniciamos uma nova fase na qual é necessário recuperar o crescimento da economia, com elevação gradual do resultado primário e redução da inflação. Para atingir estes objetivos serão necessários alguns ajustes na política econômica. Ajustes, que, apesar de seus eventuais impactos restritivos no curto prazo, são necessários para recuperar o crescimento”, discursou Barbosa. O ministro disse também que, em paralelo às medidas de ajuste fiscal e orçamentário, trabalhará para aumentar investimento e produtividade, com destaque para a área de infraestrutura.

**Ministro teve que retificar a declaração sobre mudança no cálculo do reajuste do salário mínimo.** O novo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, precisou recuar após declarar que a política de reajuste do salário mínimo seria modificada pelo governo. Apesar de afirmar que o aumento real continuará, ele disse na sexta (2), após a transmissão de cargo, que o Palácio do Planalto pretende elaborar uma nova regra para as correções. A atual política aprovada pelo Congresso vale até este ano. Tanto que o governo publicou decreto no fim de dezembro reajustando o mínimo para R\$ 788. Para estabelecer o piso para os próximos anos, um novo projeto precisa ser submetido e discutido por deputados e senadores. No entanto, a declaração de Barbosa desagradou ao Palácio do Planalto, obrigando o ministro a se retificar em nota oficial.

## Último Foco

**Luz Para Todos é prorrogado até 2018 para atender a mais 228 mil famílias.** O programa Luz Para Todos foi prorrogado até dezembro de 2018, para levar energia elétrica a mais 228 mil famílias do meio rural. A decisão foi tomada pela presidenta Dilma Rousseff por meio do decreto Nº 8.387. Até novembro de 2014, o programa atendeu 3,1 milhões de famílias (ou 15,3 milhões de pessoas), com investimentos de quase R\$ 23 milhões. O programa Luz Para Todos, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, foi criado em 2003 com o objetivo de acabar com a exclusão elétrica no País. A execução do programa é feita pelas concessionárias de energia elétrica e cooperativas de eletrificação rural, em parceria com os governos estaduais.

**Nelson Barbosa: prioridade é ampliar investimentos privados em infraestrutura.** O Ministério do Planejamento continuará a ter um papel central na coordenação dos programas de investimento do governo federal, como o PAC, as Parcerias Público-Privadas (PPPs) e o Programa de Investimento em Logística (PIL), em ampla agenda institucional de estímulo ao investimento de longo prazo, afirmou Nelson Barbosa, que assumiu o cargo de ministro do Planejamento nesta sexta-feira (2/1), no lugar de Miriam Belchior. Segundo Barbosa, a prioridade será ampliar a atratividade de investimentos em infraestrutura para o capital privado e, ao mesmo tempo, preservar os interesses dos usuários finais dos serviços.

**Ofertar energia a preço justo será desafio, diz Eduardo Braga.** O Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, afirmou, durante cerimônia de transmissão de cargo, que um dos seus desafios à frente da Pasta é ofertar energia a preço justo no momento em que os diversos setores produtivos dela necessitam para empreenderem a retomada da atividade econômica. Entre os trabalhos a serem executados pelo MME em 2015, na área de energia elétrica Braga listou a garantia da oferta de energia a preço justo; a expansão de 6.410 MW de geração de energia e 7.120 quilômetros de linhas de transmissão em 2015; a realização de leilões de energia. Ele também afirmou que o Ministério vai estar atento à tramitação no Congresso do projeto de lei que trata da nova legislação do Setor Mineral Brasileiro. No setor de petróleo e gás, o novo ministro afirmou que será revisado o contrato de Cessão Onerosa do Pré-Sal até maio, e será realizada no primeiro semestre deste ano a 13ª rodada de licitação de blocos exploratórios, bem como a primeira licitação para a concessão de gasoduto e transporte.

**Custo da construção paulista subiu mais de 6% em 2014.** O Custo Unitário Básico (CUB) da construção civil do estado de São Paulo ficou estável, em dezembro, nas obras não incluídas na desoneração (incentivos fiscais) da folha de pagamentos, com variação de 0,03% sobre novembro. No acumulado de janeiro a dezembro, o índice teve alta de 6,37%. Só a mão de obra ficou 8,45% mais cara ao longo do ano. Já os materiais subiram 3,03% e os salários dos engenheiros, 11,5%. O cálculo é do Sinduscon-SP feito em conjunto com a FGV. O índice mede a variação dos custos das construtoras e serve como base para os reajustes dos contratos de obras. No último mês de 2014, o custo da mão de obra, incluindo os salários pagos aos engenheiros, manteve-se estável, enquanto os materiais aumentaram 0,08%. O valor por metro quadrado estava saindo por R\$ 1.169,59. Já nas obras incluídas na desoneração da folha de pagamentos (com incentivos fiscais), o índice oscilou em R\$ 1.088,04. O custo em dezembro também foi 0,03% maior do que em novembro com estabilidade na mão de obra e alta de 0,08% nos materiais. No acumulado do ano, o índice nesse tipo de empreendimento atingiu 6,25% com aumento de 8,45% na mão de obra e 3,03% nos materiais. Os salários dos engenheiros tiveram variação de 11,5%.

**Kassab promete apoio a Dilma, mas fala em 'divergir construtivamente'.** O novo ministro das Cidades, Gilberto Kassab, afirmou nesta segunda-feira (5) que o PSD, partido do qual é presidente e fundador, apoiará a presidente Dilma Rousseff no segundo mandato da petista. Ele, no entanto, afirmou que apoiar também é "divergir construtivamente". Na manhã desta segunda, Kassab participou da cerimônia de transmissão de cargo, em Brasília. Ele assume a pasta no lugar de Gilberto Occhi, que foi deslocado para o Ministério da Integração Nacional. Na cerimônia de transmissão de cargo, Gilberto Kassab afirmou que o PSD pretende participar "ativamente" da terceira etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 3), com investimentos em logística, energia, infraestrutura e parcerias privadas. "Vamos seguir apoiando a terceira fase do Minha Casa, Minha Vida e lutar para concretizar a carteira de R\$ 143 bilhões para obras de mobilidade urbana em todo Brasil", completou. Em sua primeira fala como ministro das Cidades, Gilberto Kassab afirmou que ter "imensa honra" em assumir a pasta. O ex-prefeito de São Paulo disse que é preciso "consolidar" as políticas públicas de desenvolvimento urbano.

**FGTS financiou mais de R\$ 106 bilhões no Minha Casa Minha Vida.** O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi responsável por financiamentos de mais de R\$ 106 bilhões para o Minha Casa Minha Vida desde 2009. Esse montante viabilizou a construção de 1.501.375 unidades em todo o Brasil desde o início do programa habitacional. Até o fim de novembro de 2014, os subsídios chegaram a R\$ 28,2 bilhões, segundo o Conselho Curador do FGTS. De acordo com o Ministério das Cidades, o programa fecha o ano de 2014 com 3 milhões e 700 mil unidades contratadas e mais de 1 milhão e 800 mil entregues em todas as regiões do país. Para o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, os descontos beneficiam a parcela da população que mais precisa de moradia subsidiada. "Setenta por cento das famílias contempladas com o Minha Casa Minha Vida têm renda de até R\$ 700. Isto significa dizer que a sociedade brasileira e o governo federal estabeleceram essa diretriz que beneficia aqueles que realmente estavam excluídos", avalia Occhi. O FGTS subsidia financiamentos para aquisição de imóveis desde 1998. Além disso, o Fundo atua em todas as três faixas do Minha Casa Minha Vida, que atendem às famílias com renda mensal entre R\$ 1.600 e R\$ 5 mil.